

## Capital S/A

JÉSSICA EUFRÁSIO (interina)  
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”

Milton Santos, geógrafo

## Mais rigor para as transferências de licença

A transferência de autorizações de táxi no DF passou por mudanças. Portaria publicada ontem pela Secretaria de Transporte e Mobilidade estabelece novas regras para o processo, a fim de estipular prazos, impedir a circulação irregular e evitar substituições excessivas. Antes da publicação da norma, não havia prazo mínimo para quem quisesse passar a licença adiante. Uma das práticas comuns, segundo Suéd Silvío, presidente do sindicato da categoria (Sinpetaxi), consistia na comercialização do documento para obtenção de benefícios concedidos apenas a donos de táxis, como descontos em impostos. “Com esse modelo, (o beneficiário) deverá ficar, no mínimo, um ano e meio como autorizatário. Se transferir, só poderá adquirir outra depois de cinco anos”, detalha.

Minervino Junior/CB/D.A.Press



## Bancorbrás simplifica liberação de crédito

Com oferta de crédito para clientes de todo o país, o Consórcio Nacional Bancorbrás anunciou que simplificou o processo de concessão das cartas para interessados em comprar imóveis. A empresa passa a exigir menos documentos dos contemplados — por meio de sorteio ou lance —, a fim de reduzir o tempo da liberação. A proposta acompanha medidas recentes adotadas, por exemplo, pelos cartórios de notas, que disponibilizam assinatura eletrônica de escrituras como alternativa. A empresa, com sede em Brasília, tem mais de 13 mil cotas de consórcio ativas, das quais a maioria (60%) são no segmento de imóveis. Além delas, há opções para compra de veículos ou contratação de serviços.



## Projeto sobre fechamento de condomínios do DF deve chegar ao Legislativo até abril

A versão preliminar do que se tornará um projeto de lei complementar (PLC) que dispõe sobre o fechamento de condomínios e loteamentos do Distrito Federal está na fase de ajustes finais. Nos últimos dias, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) divulgou a minuta da proposta que será encaminhada à Câmara Legislativa e abriu a última etapa de consulta pública para sugestões de mudanças no documento. A previsão é de que o texto chegue à Câmara Legislativa até o início de abril.

## Acesso com restrições

Na prática, a proposta afetará, principalmente, regiões de condomínios como aquelas em Sobradinho 2 e no Jardim Botânico. A legislação, em estudo desde 2019, pretende definir critérios, limites e parâmetros para o fechamento dessas áreas, a depender dos tipos de vias e lotes na região. As entidades representativas dos moradores, caberá escolher se há interesse em ter exclusividade sobre o uso de espaços públicos internos, caso se tratem de loteamentos com acesso controlado. No entanto, a Seduh ainda terá de avaliar a possibilidade de restrição da entrada de pessoas de fora.

Seduh/Divulgação



## Menor impacto

“O tipo de concessão de uso será proposto pela entidade representativa dos moradores e avaliado pela secretaria. E o condomínio deverá comprovar que o uso exclusivo não vai gerar prejuízos para a região em geral. O mais importante é o aspecto urbanístico. A preocupação da Seduh é permitir, sim, a manutenção do que está instalado, mas de forma a ter o menor impacto para a população”, comenta o secretário executivo de Licenciamento e Regularização Fundiária da Seduh, Marcelo Vaz (foto).

## Outorga de uso

Para análise de qualquer pedido nessa linha, os condomínios deverão estar com o processo de regularização fundiária em dia ou concluído. Se liberado o uso da área pública pelos loteamentos, os condôminos vão arcar com valores de outorga proporcionais ao tamanho do terreno ocupado, com preços que variam de acordo com a região administrativa — para até 20%, não haverá cobranças. A medida funcionará como forma de incentivar a regularização e combater a ocupação irregular de áreas públicas, segundo a Seduh.

## Aluguel em shopping sob questionamento

O reajuste do preço do aluguel de uma loja de roupas e acessórios localizada em um shopping do Distrito Federal rendeu um processo na Justiça. A M5 Indústria e Comércio, responsável pela marca M.Officer, entrou com uma ação contra o ParkShopping para pedir alterações no contrato de locação e no valor cobrado mensalmente, em virtude da crise sanitária e da “abusividade” nas variações do índice de reajuste, o IGP-M. Porém, decisão de primeira instância no âmbito da 19ª Vara Cível de Brasília considerou a reclamação improcedente.

## Efeitos da pandemia

Na avaliação do caso, o magistrado observou que a ação protocolada não abre espaço para debate sobre mudanças de trechos do contrato de locação ou da forma de pagamento do aluguel. Mesmo assim, entendeu que “efeitos da pandemia de covid-19, por si só, não podem balizar alteração de cláusulas contratuais ou diminuição de preço”. “Ambas as partes sofreram e sofrem com os efeitos da pandemia, e não há margem legal para imposição de situações mais favoráveis à autora em detrimento da ré”, ressaltou o juiz de direito substituto Arthur Lachter, que autorizou a renovação até outubro de 2025, manteve reajustes e demais especificações previstas no contrato e mudou o valor mínimo do aluguel de R\$ 24,8 mil para R\$ 29 mil. Cabe recurso da decisão.

## » Entrevista | MARCELA PASSAMANI, SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DF

Ao CB.Poder, a titular da pasta adianta a abertura de oportunidades de capacitação profissional para jovens de 14 a 24 anos e para a comunidade em geral. Na Hora de Ceilândia vai mudar de local, e a unidade de Sobradinho foi inaugurada

## Três mil vagas de cursos

» EDUARDO FERNANDES\*

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



A Secretária de Justiça e Cidadania (Sejus) vai oferecer aos jovens do Distrito Federal mais oportunidades de capacitação, este ano. Em entrevista ao jornalista Carlos Alexandre, a titular da pasta, Marcela Passamani, destacou o foco no trabalho com os adolescentes, prejudicados pela pandemia. “O Projeto Vencer, que estamos falando em primeira mão, será lançado em fevereiro e dará cerca de duas mil vagas em cursos profissionalizantes para jovens de 14 a 24 anos”, adiantou a secretária, ontem no programa CB.Poder — parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília.

## Gostaria de iniciar a nossa conversa falando sobre o Projeto Vencer.

Eu acredito que neste ano, nós precisamos pensar em oportunidade e renda. Dar essa perspectiva para a população do Distrito Federal. Esse Projeto Vencer, que estamos falando em primeira mão, será lançado em fevereiro e dará cerca de duas mil vagas para cursos profissionalizantes para jovens de 14 a 24 anos e mais mil vagas abertas para a população de uma forma geral. Nosso objetivo é atender em todo o DF, em todas as cidades. Seja em equipamentos públicos da Secretaria de Justiça e Cidadania, no Céu das Artes e na Praça dos Direitos ou nas unidades do Senai e do Senac. Então, isso é uma parceria com o setor produtivo, com a sociedade civil e o GDF, para que possamos fazer juntos.

## Como serão essas vagas?

Faremos um chamamento público no DODF (Diário Oficial do

Distrito Federal), em que as pessoas terão mais de 20 a 30 possibilidades de cursos. E como fazemos isso? Um estudo de mercado, para verificar quais são as demandas do empresariado, não só falando da empregabilidade em termos formais, mas do empreendedorismo. Essas vagas vêm para atender as pessoas que querem empreender e aquelas que se encaixam no serviço formal. Por isso, temos um levantamento de estudo, tanto com os empresários, para mostrar quais são as vagas que mais precisam de profissionais qualificados, quanto serviços que a gente sente a necessidade. Isso tudo conseguimos ver, seja por meio da Secretaria de Trabalho, da Ouidoria, seja mediante uma busca ativa ou uma conversa que fazemos quando vamos às cidades.

## Foi preciso repensar toda a forma de atendimento do Na hora por conta da pandemia?

Sim. Hoje, atendemos com agendamento prévio. As pessoas ficam, em média, três a quatro minutos, do momento em que chegam a unidade até ser atendida. Nós estamos com um ambiente de serviço mais humanizado. Estamos passando por um processo de reforma em todas as unidades, entregamos Brasília e Plano Piloto. Depois de 20 anos de funcionamento, é a primeira vez que passamos por uma grande reforma. E isso tudo estamos levando para todas as unidades.

## Tem duas cidades que eu queria falar em relação ao Na Hora, que é Sobradinho, onde

## a unidade foi inaugurada hoje (ontem). E Ceilândia que possui uma demanda muito grande.

Hoje (ontem), inaugura o Na Hora de Sobradinho, com todo o parque tecnológico reformado, atualizado o mobiliário e layout, com os aplicativos de fila, em que começa a otimizar o tempo do usuário dentro da unidade. Iniciamos a reforma da Ceilândia, e toda vez que iniciamos uma obra, ficamos, aproximadamente, três dias com a unidade fechada. Falamos três dias, mas a reforma dura três meses, porém, para não deixar a cidade sem atendimento, passamos para um local provisório e, durante estes três dias, migramos toda a parte dos computadores. A gente pretende reabrir em abril, esta semana fechamos Ceilândia

e ficaremos três meses fechados. Nosso objetivo com o Na Hora é trazer o melhor atendimento sempre buscando parcerias. Uma dessas formas de buscarmos os melhores atendimentos, é em relação à Receita Federal. A Receita não fazia atendimento presencial. Agora, conseguimos firmar essa parceria com o Na Hora e, hoje, temos um ponto de atendimento dentro de uma unidade, em Taguatinga. E, assim que reabrimos em Ceilândia, passaremos a atender na unidade.

## O que a senhora tem a dizer aos pais, neste retorno às aulas, com compra de materiais escolares, em relação ao Procon?

Estamos sempre à disposição no número 151, para orientar aos pais, para eles ficarem atentos em relação às matrículas, material escolar, uniforme. A gente percebe que há uma diferença muito grande de valor. Então, pedimos aos pais para que eles pesquem sobre preço de materiais, que possam olhar junto à escola, na parte de contratação, toda a parte contratual em relação à matrícula e rescisão. Toda a parte contratual precisa ficar muito clara aos pais. Qualquer dúvida, pode entrar em contato com o Procon, para que possamos ajudar. Temos feito muitas reuniões e entrevistas para esclarecer. Mas acreditamos que cada caso pode ter algumas questões que não foram tratadas.

## Onde ocorre o trabalho itinerante da pasta e de que forma é feito?

Hoje, eu conto com um programa na Secretaria de Justiça e

Cidadania, chamado Voluntariado em Ação. Nós temos mais de 34 mil voluntários vinculados, sem custo para o Estado. Nós temos médicos, psicólogos, dentistas, assistentes sociais, advogados. Eu consigo, por meio dessa parceria com a sociedade civil, aumentar o braço do Estado e chegar lá na ponta. Como conseguimos uma marca de 100 mil atendimentos, isso mostra que a nossa forma de comunicar e interagir com a população está dando certo. Elas sabem que os projetos itinerantes acontecem, o Sejus Mais Perto do Cidadão, Sua Vida Vale Muito, que começou na hotelaria solidária para os idosos. Nós fazemos, em média, 10 a 15 mil atendimentos por edição. Oferecemos identidade solidária, atendimento jurídico, além de atendermos mulheres vítimas de violência.

## O casamento coletivo chamou muita atenção em 2021. Ele retorna em fevereiro. Por que faz tanto sucesso esse programa?

Ele faz sucesso, porque consegue chegar com informação. Hoje, temos o recorde de inscrições, muitas pessoas procuram o casamento comunitário. Quando trazemos essas pessoas que moram juntas, que estão iniciando sua vida, estamos falando de direito, não somente do indivíduo, mas de questões jurídicas. Conseguimos todos os parceiros de forma voluntária. O vestido, o cabelo, a maquiagem, o buquê tudo é voluntário. Nós começamos o casamento durante a pandemia, então, o de fevereiro seguirá todas as normas de segurança sanitária.

\*Estagiário sob a supervisão de Guilherme Marinho